

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Moraes diz que falou com Galípolo sobre Lei Magnitsky3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Advogada tem causa milionária na Corte5

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como fica a nova tabela do Imposto de Renda 2026 com isenção para salário até R\$
5.000 (Imposto de Renda)7

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A insegurança jurídica na base de cálculo do ICMS: a inclusão indevida da CBS e do IBS
.....9

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: empresas não serão multadas em 2026 por ausência de CBS e IBS na nota
fiscal10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Jovens de olho na aposentadoria12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

IPCA-15 fica dentro da meta, mas preços de serviços ainda preocupam14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O rumo do dólar em 2026 - FÁBIO ALVES15

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

Universidades federais perdem R\$ 400 milhões no próximo ano16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Pressão em serviços reforça cautela para cortar juros18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

oportunidades perdidas e retrocessos - ZEINA LATIF19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Ibovespa sobe mais de 1%, e dólar cai a R\$ 5,53 de olho no cenário interno21

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
ECONOMIA

Tesouro Direto atrai 240 mil investidores22



Quarta-Feira, 24 de Dezembro de 2025

Moraes diz que falou com Galípolo sobre Lei Magnitsky

O relato de que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), teria procurado o presidente do Banco Central para conversar sobre um negócio bilionário envolvendo o Banco Master ampliou os questionamentos sobre o magistrado.

Segundo a colunista Malu Gaspar, do jornal O Globo, Moraes teria feito contato com Gabriel Galípolo quatro vezes para tratar do assunto. A reportagem afirma ter colhido relatos de seis pessoas diferentes, que teriam tomado conhecimento dos diálogos pelo próprio presidente do Banco Central e por outros integrantes da instituição.

Moraes divulgou nota nesta terça-feira em que afirma ter recebido Galípolo para reuniões "em virtude da aplicação da Lei Magnitsky". O ministro foi punido com sanções financeiras pelo governo dos EUA em 30 de julho, e a punição foi retirada no dia 12 de dezembro. Segundo O Globo, o encontro com Galípolo teria ocorrido em julho.

Moraes afirma ter se encontrado com dirigentes do Banco do Brasil, do Itaú, do BTG, do Bradesco e da Febraban. "Em todas as reuniões, foram tratados exclusivamente assuntos específicos sobre as graves consequências da aplicação da referida lei, em especial a possibilidade de manutenção de movimentação bancária, contas correntes, cartões de crédito e débito", escreveu. O ministro não comentou diretamente os relatos de que teria pedido a aprovação do negócio entre o Master e o BRB.

De acordo com as informações obtidas pelo O Globo, foram três telefonemas e uma conversa presencial, em julho, quando o BC analisava a venda do Master para o BRB, numa operação inicialmente avaliada em R\$ 2 bilhões. A colunista afirma que Moraes teria pedido a aprovação do negócio.

Cobrança de explicações

O Banco Central também emitiu uma nota em que afirmou que "manteve reuniões com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, para tratar dos efeitos da aplicação da Lei Magnitsky".

A instituição não detalha os nomes dos integrantes que estiveram com o magistrado, e também não comenta os relatos de pressão pela liberação da

venda do Master.

Políticos de oposição cobraram explicações do ministro. Eles destacaram a informação, revelada anteriormente, de que o escritório da mulher do magistrado teria um Moraes diz que falou com Galípolo sobre Lei Magnitsky CONVERSA SOBRE O MASTER?

contrato de R\$ 3,6 milhões mensais para defender os interesses do Master.

De acordo com outra reportagem do jornal O Globo, a contratação do Barci de Moraes Sociedade de Advogados teria validade de 36 meses, a partir do início de 2024.

Com isso, o acordo renderia, até o início de 2027, R\$ 129 milhões ao escritório, caso o Master não tivesse sido liquidado pelo Banco Central. Integram o escritório Viviane Barci de Moraes, que é esposa do ministro, e dois filhos do casal.

O contrato previa a representação do Master onde fosse necessário - sem uma causa ou um processo específico - em órgãos como Banco Central, **Receita Federal** e Congresso Nacional. Também teria como objeto a organização e a coordenação estratégica, consultiva e contenciosa no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal.

Reforma do Judiciário

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), declarou que o episódio configura conflito de interesses e defendeu a eleição, em 2026, de congressistas dispostos a uma reforma no Judiciário.

Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que não é alinhado ao bolsonarismo, afirmou que pretende coletar assinaturas para investigar as informações sobre a contratação, pelo Master, do escritório da mulher de Moraes.

Vieira disse nas redes sociais que o contrato está "fora do padrão da advocacia" e afirmou que o relato das conversas com Galípolo apontaria uma "atuação direta do ministro em favor do banco".

O relato feito pelo jornal O Globo afirma que Moraes teria feito três ligações para saber do andamento da venda do Master para o BRB.

Depois, numa conversa presencial, segundo a reportagem, o ministro teria afirmado que gostava de Vorcaro e teria pedido a aprovação da operação. Galípolo teria respondido que os técnicos do BC tinham descoberto que o Master havia repassado R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito falsas ao BRB, apontando que o negócio não seria autorizado.

Vorcaro e outros executivos foram presos em 18 de novembro, e o BC decretou a liquidação do banco. O dono do Master deixou a cadeia dias depois e é monitorado com tornozeleira eletrônica (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Advogada tem causa milionária na Corte

WESLEY GALZO BRASÍLIA HUGO HENUD SÃO PAULO

A advogada Viviane Barci, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, concentra, atualmente, sua atuação na Corte em um processo de cifras milionárias contra o município de Natal. A banca da família Moraes representa a empresa Henasa Empreendimentos Turísticos em uma disputa para garantir o recebimento de precatórios de R\$ 95 milhões.

Levantamento feito pelo Estadão mostra que o escritório de Viviane acumula 13 derrotas e 8 vitórias em processos que tramitam no STF desde 2013 - dez outras ações foram encerradas sem julgamento.

O litígio da Henasa tem origem em um acordo firmado com a prefeitura da capital potiguar, decorrente de uma indenização judicial total estimada em aproximadamente R\$ 190 milhões. O pagamento das parcelas foi suspenso por uma decisão do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, o que motivou o recurso à instância máxima do Judiciário.

O processo chegou ao Supremo em 2023 e foi distribuído ao ministro Nunes Marques.

Embora a empresa tenha obtido uma decisão favorável, o caso ainda aguarda julgamento definitivo devido à interposição de um recurso interno.

MANIFESTAÇÕES. Viviane e o STF foram procurados, mas não se manifestaram. A Henasa foi procurada por telefone e e-mail para se manifestar, mas não retornou aos contatos da reportagem até o momento.

Desde 2013, Viviane atuou em 31 processos no Supremo.

Entre 2013 e 2016, antes de Moraes chegar ao STF, foram nove ações, das quais o escritório obteve quatro vitórias, duas derrotas, além de três processos encerrados sem julgamento de mérito, por razões como nulidade, perda de objeto, retorno ao tribunal de origem ou reconhecimento de prejuízo em razão de decisões de outras instâncias.

De novembro de 2017 em diante, já com Moraes como integrante da Corte, o número de ações chegou a 22, considerando o período mais longo analisado. A maior presença em processos relatados por colegas de Moraes, contudo, não se traduziu em mais vitórias

para os clientes da advogada.

A partir de 2017, foram novamente quatro vitórias, acompanhadas de onze derrotas, além de sete processos encerrados sem julgamento de mérito, por motivos processuais semelhantes aos do período anterior.

Estatisticamente os números são baixos para se verificar uma tendência ou um significado que exclua o acaso.

ATUAÇÃO. A atuação de familiares de ministros como advogados em processos no STF não é vedada pela legislação. As regras, porém, impedem que um magistrado julgue ações em que parentes atuem, exigindo a declaração de suspeição e o afastamento do caso.

A atuação do escritório de advocacia do qual Viviane Barci de Moraes e os dois filhos do ministro são sócios passou a ser alvo de questionamentos após a revelação de um contrato de R\$ 129 milhões firmado com o Banco Master, instituição que acabou liquidada em meio a suspeitas de fraudes.

O caso envolvendo o Banco Master tramita no STF sob a relatoria do ministro Dias Toffoli.

Em novembro, Toffoli foi alvo de questionamentos após viajar a Lima, no Peru, em um jato particular ao lado de um advogado ligado ao caso, durante a final da Taça Libertadores.

Após a viagem, o ministro decretou sigilo dos autos e barrou o acesso da CPI do **INSS** a documentos obtidos com a quebra de sigilos bancário e fiscal.

CÓDIGO. Episódios como esses deram novo fôlego à discussão sobre padrões éticos no STF, fortalecendo a iniciativa defendida pelo presidente da Corte, Edson Fachin, que tem se manifestado a favor da criação de um código de conduta para os ministros do tribunal, com regras mais claras sobre conflitos de interesse e transparência na atuação do tribunal.

Como mostrou o Estadão, Fachin pretende instituir um código de ética para magistrados de tribunais superiores, incluindo o Supremo, inspirado no conjunto de regras adotado pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.

A proposta prevê, entre outros pontos, limites mais

claros à participação de ministros em eventos, ao recebimento de cachês por palestras e a outras formas de autocontenção voltadas à preservação da imagem institucional da Corte.

A posição de Fachin também foi endossada por uma iniciativa que reúne assinaturas de empresários, acadêmicos, ex-autoridades e integrantes da sociedade civil, que defendem a adoção do código de ética.

Internamente, porém, o movimento de Fachin enfrenta resistência entre os demais ministros.

Para tentar contornar esse cenário, Fachin tem adotado uma estratégia de conversas individuais, buscando reduzir objeções e construir consenso em torno da proposta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Veja como fica a nova tabela do Imposto de Renda 2026 com isenção para salário até R\$ 5.000 (Imposto de Renda)

Cristiane Gercina

A tabela de desconto do Imposto de Renda muda em 1º de janeiro de 2026. A atualização ocorre por causa da lei que isenta trabalhadores com renda até R\$ 5.000 de pagar o tributo, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 26 de novembro.

A medida beneficia ainda quem ganha entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, que pagará menos imposto, e passa a tributar os mais ricos, que terão alíquota mínima efetiva de 10% de IR. Para regulamentar as regras, a **Receita Federal** publicou normativa no Diário Oficial da União em 18 de dezembro e atualizou as tabelas no dia 22.

Segundo o fisco, a partir de 1º de janeiro de 2026 haverá uma redução de até R\$ 312,89 no imposto sobre a renda, fazendo com que deixe de incidir IR sobre rendimentos tributáveis até R\$ 5.000.

"Para rendimentos de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350 haverá uma redução do imposto de forma decrescente até zerar por completo a partir de rendimentos iguais ou superiores a R\$ 7.350", diz a Receita.

Haverá duas tabelas a serem aplicadas sobre a renda tributável a partir de 1º de janeiro. Uma com as alíquotas atuais que vão de 7,5% a 27,5%, e outra de isenção/redução do imposto para quem ganha até R\$ 5.000 e entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350.

O fisco atualizou as tabelas mensal e anual. A isenção a que terão direito os trabalhadores terá reflexos na declaração do Imposto de Renda de 2027. No ano que vem, de março a maio, os trabalhadores obrigados a prestar contas devem declarar seus rendimentos referentes ao ano de 2025.

A partir do exercício 2027 (ano-calendário 2026)

R\$ 8.429,73 - (0,095575 x rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual)

de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R\$ 88,2 mil

A partir do exercício 2027 (ano-calendário 2026)

A nova regra de isenção do Imposto de Renda, uma das principais promessas de campanha do presidente Lula, é válida para trabalhadores com carteira assinada, **servidores públicos** dos estados, municípios e da União, e para rendimentos de aposentadoria e pensão de aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ou de órgãos públicos.

Para quem é aposentado ou pensionista, há uma isenção extra a partir do mês em que faz aniversário, no valor de R\$ 1.903,98, e deve ser aplicada quando houver incidência da outra tabela que não de redução ou isenção do IR.

Há ainda uma dedução mensal de R\$ 189,59 por mês com dependente, e o limite mensal do desconto simplificado segue em R\$ 607,20. Esse tipo de dedução é aplicada quando for mais vantajosa ao contribuinte.

No ano, há dedução de R\$ 2.275,08 por dependente, o limite de gasto com educação é de R\$ 3.561,50 para o contribuinte e seus dependentes, e o desconto simplificado fica em R\$ 17.640.

O projeto de lei 1.087 de 2025 é de autoria do governo federal. Promessa de campanha de Lula, foi enviado em março ao Congresso. O relator do PL foi o deputado Arthur Lira (PP-AL), que fez algumas modificações no texto, mas manteve a isenção para quem ganha até R\$ 5.000.

A isenção do IR já chegou a estar no plano de governo de outros candidatos em 2018. Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PL) prometeram a isenção. Bolsonaro foi eleito e, em quatro anos de mandato, não houve nenhuma correção da tabela do IR. Ela ficou congelada.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Veja como fica a nova tabela do Imposto de Renda 2026 com isenção para salário até R\$ 5.000 (Imposto de Renda)

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/12/veja-como-fica-a-nova-tabela-do-imposto-de-renda-2026-com-isencao-para-salario-ate-r-5000.shtml>

A insegurança jurídica na base de cálculo do ICMS: a inclusão indevida da CBS e do IBS

O período de transição para os novos **tributos** do sistema de consumo, com a CBS (Contribuição de Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) previstos para 2026, já começa a ser palco de uma preocupante divergência entre os estados. O cerne da questão é a inclusão, ou não, desses novos **tributos** na base de cálculo do ICMS. São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco já se manifestaram a respeito, todos (inclusive Pernambuco em recente alteração do seu posicionamento) que não incluirão a CBS/IBS na fase testes em 2026, mas somente a partir de 2027, quando forem efetivamente exigíveis os novos **tributos**.

Apesar da aparente moderação paulista, seu entendimento final é igualmente preocupante: defende que, quando exigíveis, a CBS e a IBS devem, sim, integrar a base de cálculo do ICMS. A justificativa repousa sobre dois pilares: a tradição pós-Lei Kandir de incluir todos os **tributos** na base do ICMS e a ausência de uma vedação expressa na Lei Complementar 214/2025.

Tal argumento, no entanto, é frágil e ignora um princípio basilar do direito tributário: o da estrita legalidade. A regra-matriz de um tributo, incluindo sua base de cálculo, deve estar clara e expressamente definida em lei. O silêncio da Emenda Constitucional 132 e da Lei Complementar 214/2025 sobre essa inclusão não pode, em hipótese alguma, ser interpretado como uma autorização para tributar. O que a lei não inclui, está vedado.

Ao adotar essa postura, os estados estão reacendendo um cenário de intensa insegurança jurídica e judicial, que remete diretamente à histórica "tese do século", pacificada pelo STF no Tema 69 de Repercussão Geral. Na ocasião, a Corte Suprema assentou que o ICMS não integrava a base de cálculo do PIS e da Cofins por não representar faturamento ou receita da empresa. A inclusão da CBS e da IBS na base do ICMS é, em essência, reabrir essa mesma ferida, agora sob nova roupagem, e certamente gerará uma enxurrada de litígios.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A contradição é ainda mais gritante quando observamos que a própria Lei Complementar 214/2025, em seu artigo 33, § 6º, veda expressamente a inclusão da CBS e da IBS em suas próprias bases de cálculo e na base de cálculo do Imposto Seletivo. O objetivo legislativo é cristalino: evitar o nefasto "efeito cascata" -a tributação do tributo. Ora, se a lei impede esse efeito para a própria CBS e IBS, como é possível admiti-lo calmamente quando o tributo afetado é o ICMS? A tese é um contrassenso lógico e jurídico.

É fundamental que os contribuintes e as administrações tributárias estejam atentos. A inclusão desses **tributos** na base do ICMS, além de legalmente questionável, onera indevidamente as operações, encarecendo os produtos para o consumidor final e distorcendo a concorrência. A solução passa pelo respeito irrestrito ao princípio da legalidade e pela interpretação sistemática da **reforma tributária**, que visa simplificar e não complicar nosso já complexo sistema.

A arena adequada para dirimir essa dúvida é o Legislativo, que pode, se for o caso, disciplinar a matéria de forma explícita. Até lá, a inclusão da CBS e da IBS na base do ICMS representa um risco desnecessário e um passo atrás na busca por um sistema tributário mais racional e seguro.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

A insegurança jurídica na base de cálculo do ICMS: a inclusão indevida da CBS e do IBS

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/12/a-inseguranca-juridica-na-base-de-calculo-do-icms-a-inclusao-indevida-da-cbs-e-do-ibs.shtml>

Reforma tributária: empresas não serão multadas em 2026 por ausência de CBS e IBS na nota fiscal

A **Receita Federal** e o CGIBS (Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços) decidiram não aplicar multas ou penalidades pela ausência de preenchimento, nas notas fiscais eletrônicas, dos futuros **impostos** sobre o consumo criados pela **reforma tributária**.

Na prática, as notas fiscais que não trouxerem os campos dos novos **tributos** preenchidos não serão rejeitadas automaticamente durante esse período.

A medida vale para nos três primeiros meses após a publicação dos regulamentos dos novos **tributos**, que ainda não tem data para acontecer (saiba mais abaixo).

Segundo ato conjunto, a medida valerá por três meses após a publicação dos regulamentos da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), tributo federal, e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência estadual e municipal.

A partir do próximo ano, o país inicia a fase de transição dos atuais **impostos** para os novos **tributos** previstos na **reforma tributária**.

De acordo com a norma, será considerado cumprido o requisito para dispensa do recolhimento da CBS e do IBS nesse período inicial.

Assim, a apuração da CBS e do IBS em 2026 terá caráter apenas informativo, sem efeitos financeiros, desde que as obrigações acessórias sejam devidamente cumpridas.

Calendário

A **Receita Federal** explicou, por exemplo, que:

A decisão foi tomada porque os regulamentos do IBS e da CBS ainda não foram divulgados.

A expectativa do governo é que eles sejam publicados apenas no início de 2026, após a sanção do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que integra a segunda fase de regulamentação da **reforma tributária**.

O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 16 e liberado pelo Congresso na sexta-feira (19). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem prazo de 15 dias úteis para sancionar a proposta.

Ano educativo

De acordo com a **Receita Federal** e o CGIBS, todo o ano de 2026 será marcado por uma fase educativa e orientadora, dedicada a testes, ajustes de sistemas e validação de informações.

Durante esse período:

"A diretriz consolida o caráter educativo que marcará 2026, permitindo que os contribuintes ajustem gradualmente seus sistemas e rotinas fiscais ao novo modelo", informaram os órgãos.

Em 2026, empresas e microempreendedores deverão destacar alíquota de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS nas notas fiscais. O valor dos dois **tributos** indicados nos documentos será deduzido dos demais **impostos** sobre o consumo.

Documentos fiscais que serão utilizados

Os regulamentos do IBS e da CBS utilizarão documentos fiscais eletrônicos já existentes, como:

Também estão previstos novos documentos fiscais, como:

Normas específicas ainda serão publicadas para operações de importação e exportação.

Nova plataforma tecnológica

A **reforma tributária** também prevê a implantação de uma nova plataforma tecnológica nacional, atualmente em fase de testes, que será utilizada para operacionalizar os futuros **impostos** sobre o consumo.

Em 2026, o sistema funcionará sem cobrança efetiva, apenas com destaque simbólico dos **tributos**.

A partir de 2027, começa a extinção do PIS e da Cofins, com a entrada gradual da CBS. Entre 2029 e 2032, ocorrerá a transição do ICMS e do ISS para o IBS.

Segundo a **Receita Federal**, a transição será gradual, cooperativa e tecnicamente assistida, para evitar impactos abruptos na economia e no cumprimento das obrigações fiscais.

Site: <https://noticias.r7.com/economia/reforma-tributaria-empresas-nao-serao-multadas-em-2026-por-ausencia-de-cbs-e-ibs-na-nota-fiscal-24122025/>

Jovens de olho na aposentadoria

» **RAPHAEL PATI** » **RAFAELA BOMFIM***

Dificuldades de acesso ao crédito e queda na natalidade fazem a Geração Z encarar o próprio futuro financeiro mais cedo. Com a expectativa de vida em alta, o peso de sustentar a **previdência social** recai cada vez mais sobre esses jovens, que duvidam se conseguirão se aposentar apenas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

No curto prazo, juros mais altos reduzem o poder de compra, mas também estimulam aplicações em renda fixa. Ao completar 18 anos, o estudante universitário Daniel Domingues - atualmente com 23 - decidiu investir em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e em títulos do Tesouro Direto, com foco no longo prazo.

Para ele, o planejamento financeiro está sempre voltado aos resultados que esses investimentos poderão gerar em 10 anos ou mais.

"Muitas vezes, me faz investir em coisas que pouco rentáveis imediatamente, mas que acredito serem sólidas o suficiente para gerar lucro mais adiante", conta.

A renda fixa foi a porta de entrada de Daniel para o mundo dos investimentos, assim como para milhões de brasileiros. Hoje, ele também aplica em ações na bolsa de valores e em bitcoin, sem nunca considerar abrir mão dos títulos que já possui.

"Meu principal objetivo ao investir é preservar o valor do patrimônio acumulado e obter lucro real sempre que possível, com o objetivo de complementar minha renda", destaca o estudante.

Ele acrescenta que também pensa em gerar recursos para a aposentadoria, construindo uma carteira de ativos que pague dividendos.

O estudante Elter Rodrigues, de 20 anos, optou por dividir sua carteira de investimentos em duas partes: 50% em renda fixa e 50% em renda variável, incluindo ações, fundos imobiliários e criptomoedas.

Segundo ele, a estratégia tem como objetivo assegurar lucro constante, mesmo que pequeno. "Os investimentos em renda variável, eu deixo tudo em uma corretora apenas, e os de renda fixa, eu divido em três bancos diferentes", conta.

Como já tem o hábito de investir mensalmente, ele

aproveita para acompanhar os investimentos e elaborar relatórios sobre o desempenho da carteira, além de se manter sempre atento às notícias das empresas e fundos nos quais aplica. "E, a cada semestre, eu faço um balanço das ações que tenho e decido se vendo, compro mais ou mantenho", afirma.

Elter reserva todo mês uma quantia, aplicando metade em renda fixa e metade em renda variável.

Ele costuma investir o que sobra no fim do mês. Embora planeje comprar um carro, seu principal objetivo é gerar uma renda extra mensal. "Penso em guardar dinheiro para a aposentadoria, já faço alguns investimentos pensando justamente na renda passiva (como os fundos imobiliários) e nos juros compostos. A renda fixa ajuda bastante nessa questão também, já que sempre rende alguma coisa", acrescenta.

Planejamento A crescente preocupação com o futuro financeiro tem levado jovens brasileiros a buscar alternativas para além da previdência pública.

Entre pessoas de 18 a 30 anos, a adesão a planos privados cresce, refletida no atual número de 8,4 milhões de participantes, que equivalem a 11,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A principal motivação é a percepção de que depender apenas do **INSS** pode não ser suficiente para manter o padrão de vida após a aposentadoria. Sandro Costa, presidente da Comissão de Produtos por Sobrevivência da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), observa que "quanto mais cedo uma pessoa começa a guardar dinheiro, seja para realizar um projeto de vida, seja para a própria aposentadoria, melhor".

Costa explica que uma pessoa que começa a poupar com 30 anos de antecedência terá 63% da reserva formada pelos rendimentos e apenas 37% virão do próprio bolso, enquanto quem inicia próximo ao fim da vida laboral terá apenas 14% da reserva oriundos dos rendimentos, precisando aportar 86% diretamente da própria renda.

Para exemplificar, ele compara dois cenários. "Quem inicia aos 25 anos precisaria aportar cerca de R\$ 250 mil para acumular R\$ 1 milhão; quem começa aos 45 precisaria mais que dobrar o valor", conta.

O presidente da comissão acrescenta que o aumento da longevidade reforça a necessidade de

planejamento.

"Nós estamos vivendo mais. Um jovem de 25 anos, hoje, provavelmente, vai chegar aos 85, 90 anos. Ele vai precisar de bastante dinheiro para manter o padrão de vida".

O setor busca ampliar a compreensão da previdência como um instrumento de apoio ao longo de diferentes fases da vida. Planos voltados para menores também ajudam no aprendizado financeiro precoce, permitindo que os jovens acompanhem extratos e a evolução de suas reservas.

Entre os principais obstáculos para a formação de patrimônio, ele destaca o apelo do consumo imediato. "É muito mais atrativo comprar um tênis, um carro ou fazer uma viagem do que poupar", comenta.

Costa também alerta para os riscos de encarar plataformas de apostas como forma de investimento.

"Essas plataformas não são instrumentos de investimento, longe disso. Devem ser tratadas apenas como entretenimento e com limites claros. Definitivamente não é a forma de guardar dinheiro ou conseguir recursos para o futuro." A planejadora financeira Gabriela Vale reforça que investir vai além da escolha de um produto.

"Investimento não é um fim em si, mas um meio para concretizar objetivos", afirma. Ela orienta que o primeiro passo para os jovens é organizar as finanças, manter uma reserva de segurança e alinhar as metas ao próprio perfil de risco.

Segundo Vale, a **previdência complementar** pode ser útil para quem busca constância, especialmente por permitir aportes automáticos.

Ela destaca, porém, que a qualidade dos fundos e as taxas devem ser avaliadas com atenção, lembrando que "o que enriquece é o quanto você guarda por mês, não o quanto rende o seu investimento".

Reinaldo Domingos, presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira, afirma que "comportamento é o principal determinante para a construção de patrimônio". Segundo ele, a falta de planejamento não decorre apenas de renda limitada, mas também de "desconhecimento e analfabetismo financeiro histórico". Domingos reforça que guardar dinheiro sem um objetivo definido não garante continuidade: "Dinheiro sem destino é dinheiro perdido".

Ele defende métodos que auxiliem na definição de metas e na constância dos aportes e acrescenta que,

diante da **inflação**, da pressão do consumo e do aumento da longevidade, "a previdência privada se torna uma alternativa relevante para quem busca autonomia no futuro" e que "quanto mais cedo o jovem começar, mais cedo alcançará a independência financeira".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/24/all.pdf>

IPCA-15 fica dentro da meta, mas preços de serviços ainda preocupam

I DANIELA AMORIM, DENISE ABARCA e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Prévia da **inflação** oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA- 15) teve alta de 0,25% em dezembro, ante 0,20% em novembro, mas ainda assim fechou o ano dentro do intervalo de tolerância da meta perseguida pelo Banco Central. Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, o acumulado em 12 meses ficou em 4,41%, para uma meta de até 4,5%.

"Esse alívio veio, sobretudo, do câmbio. Teve uma queda do dólar que foi significativa ao longo do ano, de uns 10%. Isso trouxe um alívio muito grande à **inflação**", disse Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

Os analistas ponderam, porém, que o cenário inflacionário ainda preocupa, porque os preços de serviços permaneceram em patamar elevado.

Pela métrica móvel de três meses dessazonalizada e anualizada, os chamados serviços sensíveis à mão de obra passaram de 7,1%, em novembro, para 7,4% em dezembro, na conta do diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Em relatório, a economista Luciana Rabelo, do Itaú Unibanco, também chama a atenção para um resultado geral "pior do que o esperado", com pressões altistas disseminadas em serviços como estética e lanches, mas também em bens industriais como roupas e aparelhos telefônicos.

"Se você pegar o comportamento do IPCA-15 no ano, houve desaceleração ao longo do período. Foi, basicamente, por causa do preço dos alimentos.

Os serviços entre 2024 e 2025 aceleraram", acrescentou o economistachefe da G5 Partners, Luís Otávio de Souza Leal.

Quase 60% da prévia da **inflação** de dezembro veio do encarecimento de preços do grupo Transportes. As passagens aéreas subiram 12,71%, maior impacto individual no IPCA-15 do mês (ou 0,09 ponto percentual).

O transporte por aplicativo ficou 9% mais caro, enquanto os combustíveis tiveram alta de 0,26%: houve aumentos de 1,70% no etanol e de 0,11% na gasolina, com recuos de 0,26% no gás veicular e de 0,38% no óleo diesel.

Em Despesas Pessoais, houve pressão dos aumentos em cabeleireiro e barbeiro (1,25%), empregado doméstico (0,48%) e pacote turístico (2,47%). Quanto à Habitação, o maior impacto veio do aluguel residencial (0,33%), taxa de água e esgoto (0,66%) e gás encanado (0,28%). Já a energia elétrica residencial recuou 0,22%, com a entrada em vigor em dezembro da bandeira tarifária amarela.

Já o custo dos alimentos para consumo em casa diminuiu 0,08% em dezembro. Ficaram mais baratos o tomate (- 14,53%), leite longa-vida (- 5,37%) e arroz (- 2,37%). Por outro lado, houve altas nas carnes (1,54%) e frutas (1,46%).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O rumo do dólar em 2026 - FÁBIO ALVES

FÁBIO ALVES

Fábio Alves COLUNISTA DO BROADCAST

Odólar caminha para registrar em 2025 seu pior desempenho em relação a moedas de países desenvolvidos em oito anos. Ante a dos pares emergentes, como o peso mexicano e o real brasileiro, a queda chega a superar dois dígitos. A pergunta é se, em 2026, a sangria do dólar vai continuar ou vai estancar, com a divisa americana recuperando uma parte do valor que perdeu.

A maioria dos analistas aposta que o valor global do dólar seguirá caindo em 2026, embora em magnitude menor do que se viu neste ano. Já uma minoria prevê que o dólar vai se recuperar.

Esses otimistas apontam para o próprio comportamento da moeda americana ao longo de 2025: na primeira metade do ano, o índice DXY, que mede a variação do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, tombou quase 11%. Já neste segundo semestre, até a semana passada, o índice DXY subiu 1,6%, reduzindo a perda acumulada no ano para ao redor de 9%.

O que leva a maioria a projetar uma fraqueza global do dólar em 2026 é o diferencial de juros: o Federal Reserve (Fed) cortará a taxa básica americana, enquanto outros grandes bancos centrais, como o da Zona do Euro e o do Japão, manterão inalterados ou até mesmo elevarão os juros. Mas essa é uma questão complexa. Por ora, os dirigentes do Fed sinalizam apenas um único corte de juros em 2026. Os investidores precificam duas reduções. O presidente Donald Trump pressiona por mais. Em maio, assumirá o comando do Fed um indicado por ele, cujo nome deve ser anunciado em breve. Quanto mais cortes de juros, mais enfraquecido ficará o dólar.

Outro fator importante é o desempenho da economia americana. Recentemente, o mercado de trabalho começou a dar sinais claros de perda de fôlego. Mas, em 2026, entrarão em vigor estímulos fiscais, como corte de **impostos**, que podem turbinar a renda disponível dos consumidores americanos em US\$ 100 bilhões.

O consenso do mercado é de alta de 2% do **PIB** dos EUA em 2026, enquanto o da Zona do Euro deve expandir 1,1%. Crescimento maior dos EUA fortalece o dólar.

Um complicador é a eleição de meio de mandato, em novembro, para a renovação do Congresso americano. Levantamento do banco RBC mostra que, desde 1976, o índice DXY cai 1,6%, em média, em anos de eleição de meio de mandato. Computados todos os fatores, a corretora TD Securities e o banco MUFG, por exemplo, preveem queda de 6% e de 5% do DXY em 2026, respectivamente. Já a consultoria Capital Economics projeta alta de 4%. No Brasil, o desfecho da eleição presidencial deve se sobrepor a outros fatores para ditar o rumo do dólar. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Universidades federais perdem R\$ 400 milhões no próximo ano

BRUNO ALFANO

As universidades federais sofreram cortes no Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada e vão ter quase R\$ 400 milhões a menos no próximo ano para verbas discricionárias - aquelas que a instituição pode escolher onde gastar e que cobrem despesas com água, luz, manutenção, segurança, limpeza e bolsas, por exemplo. A conta é na comparação com 2025 e terá impacto ainda maior, uma vez que não inclui a correção inflacionária.

Os cálculos são da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e foram obtidos em primeira mão pelo GLOBO. A entidade alerta que o cenário compromete o "pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão" e coloca em risco a assistência estudantil, como moradia e alimentação de alunos mais pobres.

Procurado, o Ministério da Educação (MEC) informou que "estuda formas de mitigar o impacto" do corte. Segundo a pasta, o objetivo é "assegurar a completa execução das políticas públicas educacionais".

'QUADRO JÁ CRÍTICO'

Em 2025, o orçamento executado das universidades foi de R\$ 6,82 bilhões. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo governo para 2026 previa o montante de R\$ 6,89 milhões com o mesmo fim - ou seja, com sutil acréscimo. Os parlamentares, no entanto, retiraram R\$ 488 milhões desse montante, deixando as instituições com R\$ 6,43 bilhões.

Em nota, a Andifes, grupo que reúne os reitores das universidades federais do país, argumentou que "os cortes aprovados agravam um quadro já crítico" e que, "caso não haja recomposição, o orçamento das universidades federais em 2026 ficará nominalmente inferior ao orçamento executado em 2025". A própria entidade frisa que essas contas desconsideram "os impactos inflacionários e os reajustes obrigatórios de contratos, especialmente aqueles relacionados à mão de obra", dificultando ainda mais o cenário.

A associação alegou ainda que o panorama se torna mais preocupante diante de cortes similares ocorridos nos orçamentos da Capes e do CNPq, duas

importantes fontes de financiamento de pesquisas. "Estamos, portanto, em um cenário de comprometimento do pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas universidades federais", destaca o grupo, que menciona "entraves à continuidade do desenvolvimento científico e, portanto, à soberania nacional".

Ainda segundo a Andifes, os cortes incidiram de forma desigual entre as universidades e atingiram todas as ações orçamentárias essenciais ao funcionamento da rede federal de ensino superior. "A situação é ainda mais grave no que se refere à assistência estudantil, área estratégica para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica", pontua a nota.

A entidade diz que o corte do Congresso em relação ao que foi proposto pelo governo alcançou aproximadamente R\$ 100 milhões só na assistência estudantil, numa redução de 7,3%, comprometendo diretamente a implementação da nova Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e "colocando em risco avanços recentes na democratização do acesso e da permanência no ensino superior público".

Entre as ações da PNAES, está, por exemplo, o Programa de Assistência Estudantil (PAE), que oferece benefícios diretos aos estudantes que fazem parte de um grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica para moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e acesso a estudantes com deficiência. Também há o Programa de Bolsa Permanência (PBP), com foco em indígenas e quilombolas.

HISTÓRICO DE RESTRIÇÕES

O Orçamento de 2025 já era menor do que as cifras que as instituições afirmam precisar. No começo do ano, a reivindicação das universidades era de R\$ 7,81 bilhões, o mesmo patamar de 2019, com valores atualizados pela **inflação**. A situação se complica porque os orçamentos foram ainda menores entre 2020 e 2022, durante a pandemia da Covid-19.

Em maio passado, as universidades federais

passaram a anunciar cortes emergenciais após um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que limitou o uso mensal do orçamento das instituições. Várias delas, como as universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ), de Alagoas (Ufal) e de Campina Grande (UFCG), chegaram a afirmar que precisariam escolher qual conta pagariam e qual ficariam devendo. O dinheiro acabou liberado naquele mesmo mês junto com um anúncio de recomposição orçamentária - o que deu um alívio nas contas universitárias até o fim do ano.

Naquele momento, o MEC informou em nota que as universidades sofreram os desgastes da redução de orçamento entre 2016 e 2022 e que "vem fazendo, desde 2023, um esforço consistente para recuperar" a verba para essas instituições.

v

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pressão em serviços reforça cautela para cortar juros

(Carolina Nalin e Roberto Malfacini)

A aceleração dos preços de serviços observada no resultado de dezembro do IPCA-15, prévia da **inflação** oficial, levou economistas a reforçarem a leitura de cautela quanto ao início do corte da Selic, a taxa básica de juros da economia, hoje em 15% ao ano. Enquanto alguns analistas aguardam novos dados da atividade e dos preços, já há quem veja corte apenas em março.

Tatiana Pinheiro, economista-chefe da gestora Galapagos Capital, diz que os números da pesquisa não deixaram de indicar um movimento de desaceleração da **inflação**, o que é uma boa notícia após quatro anos seguidos acima de 4,5% em 12 meses, porque reduz a inércia para o ano que vem. Mas pondera que o ritmo está especialmente lento entre os serviços. Estes itens são monitorados com lupa pela autoridade monetária porque reagem mais diretamente à demanda, controlada pela política de juros.

- A **inflação** de serviços ainda está incompatível com metade de 3%. Esse é o principal foco de desconforto do BC - diz Tatiana.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "estava sentindo cheiro" de que "logo, logo", a taxa de juros começaria a baixar. Tatiana destaca que, em coletiva do Relatório de Política Monetária, a sinalização do BC foi de que os integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) ainda estão dependentes dos dados a serem divulgados:

- Na nossa opinião, deixaram aberta a possibilidade de início de corte de juros em janeiro. Esperamos redução de 0,5 ponto percentual, começando no próximo mês. Mas, para isso, é necessário que a **inflação** de serviços e o mercado de trabalho comecem a ceder.

Já Matheus Pizzani, economista da instituição de pagamentos PicPay, acredita que o início do ciclo de queda dos juros será em março. Ele explica que bens industriais já cederam por conta da política monetária, mas os preços de serviços ainda custam a cair e têm um papel importante pelo peso que exercem sobre a **inflação** geral, especialmente considerando o atual

horizonte relevante para a política monetária.

Segundo Pizzani, o Banco Central ainda vem reforçando a preocupação de que o dinamismo do mercado de trabalho acabe contaminando os preços de serviços, o que enseja cautela.

- Nesse sentido, considerando a melhora no ambiente externo e os desafios na esfera fiscal, não enxergamos espaço para que o BC corte juros na próxima reunião sem que isso acabe acarretando dificuldade adicional para o atingimento da meta de **inflação** dentro do horizonte proposto.

BARRA MAIS ALTA

No Itaú, a equipe do economista-chefe, Mário Mesquita, fala em "barra mais alta para corte de juros em janeiro", embora mantenha a expectativa de início de cortes da Selic no mês que vem. O banco espera que a Selic chegue a 12,75% em 2026 e 11,75% em 2027.

"O cenário evoluiu de forma favorável, com sinais de desaceleração da atividade e melhora qualitativa da **inflação**, criando condições para o início do ciclo de cortes de juros no próximo ano. Ainda assim, a comunicação recente indica um Banco Central cauteloso, sem pressa para iniciar a flexibilização", escreveu a equipe do Itaú.

- Os dados reforçam a leitura do mercado de que eventual ciclo de afrouxamento monetário só virá a partir de março - diz Bruno Perri, economista-chefe, estrategista de investimentos e sócio-fundador da Forum Investimentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

oportunidades perdidas e retrocessos - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

O balanço de 2025 é decepcionante. Um ano perdido à luz do necessário avanço econômico e institucional do país.

O crescimento econômico perdeu força e, diferentemente dos anos anteriores, não houve surpresas com seu vigor. Desde 2021, o desempenho da economia vinha superando bastante as projeções dos analistas, o que não será o caso agora. O **PIB** deverá fechar com crescimento de 2,3%, pouco acima do esperado há um ano (2%).

Nos últimos meses, a demanda interna está praticamente estagnada, impactando inclusive a geração de vagas no mercado de trabalho.

Os estímulos governamentais foram mais modestos este ano, com maior controle do orçamento da União. Isso apesar do maior uso de medidas para fiscais, como no crédito direcionado (subsidiado), que subiu 0,9 ponto percentual do **PIB** em um ano (dados de outubro), puxado por iniciativas de crédito governamental.

Enquanto isso, os excessos fiscais dos anos anteriores cobraram seu preço. Ao alimentarem a **inflação**, demandaram a alta dos juros pelo Banco Central, entre setembro de 2024 e junho de 2025, tirando fôlego da economia neste ano. Não faltaram alertas para esse risco.

O governo, no entanto, não pode se queixar da sorte. Vários fatores jogaram a favor. A economia contou com a safra recorde e a resiliência do comércio global, apesar da estagnação das importações chinesas. Sem a contribuição do agro e da indústria extrativa, o crescimento do **PIB** seria cerca de 1,5% este ano.

Além disso, o quadro externo contribuiu para o trabalho do BC em reduzir a **inflação**. Ajudaram bastante o enfraquecimento do dólar no mundo e a baixa **inflação** externa no nível do produtor (influenciada pela deflação na China). Esta última, de quebra, afastou um cenário adverso de manutenção de juros elevados nos EUA, mesmo com o Trumponomics.

Assim, e com Selic em 15% ao ano, a taxa de **inflação**

deve encerrar 2025 em 4,3%, inferior ao esperado há um ano (5%) e abaixo do teto da meta (4,5%).

Enquanto na macroeconomia o quadro é medíocre, acumulam-se retrocessos e oportunidades perdidas em decisões nos três poderes. Cabe citar algumas mais ilustrativas.

O ganho de capital político de Lula com o tarifaço de Trump foi mal utilizado, a julgar, por exemplo, pelo orçamento aprovado para 2026. Mais uma vez, as ações do governo se concentraram na elevação da arrecadação, faltando medidas estruturais concretas para conter o crescimento dos gastos. Para piorar, o governo pagou um custo elevado para sua aprovação, com aumento das emendas parlamentares e com a regra de liberação de 65% daquelas obrigatórias ainda no primeiro semestre, com vistas à campanha eleitoral.

As emendas parlamentares, que deveriam paulatinamente encolher, ganharam maior rigidez. É uma má notícia para a qualidade do gasto público e para seu papel de moeda de troca na negociação política.

A atividade do Legislativo não trouxe alento. Em que pese a fraca agenda do governo, fizeram falta iniciativas do Congresso em favor de reformas. Mesmo que pautas de ajuste fiscal dependam de protagonismo do Executivo, houve momentos no passado de maior contribuição do Congresso, como na discussão da reforma do IVA em 2019, construindo o alicerce para a aprovação do tema em 2023. Não se viu a mesma disposição, por exemplo, na discussão da Reforma Administrativa e nas medidas ligadas à segurança pública.

Pior, houve iniciativas na contramão do ajuste fiscal, aparentemente visando medir forças com o Executivo. Exemplos disso seriam a aprovação na Câmara do uso do Fundo Social do pré-sal para uma linha de financiamento especial à quitação e renegociação de dívidas rurais e a aprovação no Senado de aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

As principais mobilizações no Congresso foram aquelas de interesse próprio, como a anistia dos participantes dos atos de 8 de janeiro e a PEC da

blindagem.

Já o STF avançou na trajetória de desmoralização junto à sociedade. Só fazem crescer as críticas de especialistas e do mundo do Direito, apontando a necessidade de autocontenção de seus membros, principalmente nas decisões individuais ou monocráticas (80% delas este ano). A deterioração da sua credibilidade tornou-se um tema da política, o que traz riscos institucionais.

Descaso, desarmonia e disfuncionalidade. O sentimento de cansaço na sociedade é compreensível.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ibovespa sobe mais de 1%, e dólar cai a R\$ 5,53 de olho no cenário interno

ROBERTO MALFACINI

O mercado local operou com liquidez reduzida ontem, véspera do início das celebrações de Natal. Após fechar a sessão anterior como a moeda mais enfraquecida frente ao dólar, o real se recuperou. A moeda americana encerrou o dia em queda de 0,95%, cotada a R\$ 5,53. Já o Ibovespa avançou com força ao longo de todo o pregão, fechando em alta de 1,39%, aos 160.333 pontos. Os negócios começaram sob influência da divulgação do IPCA-15 de dezembro, a prévia da inflação oficial. O índice subiu 0,25%, em linha com as estimativas, e fechou o ano com inflação acumulada de 4,41%, abaixo do teto da meta para o IPCA (4,5%). Apesar do alívio no índice, a inflação de serviços subjacentes - considerada um indicador mais estrutural de preços - acelerou para 5,76% no acumulado de 12 meses.

Segundo analistas, esse resultado reduziu as apostas em um corte de juros já em janeiro, pressionando os juros futuros durante a manhã.

-O IPCA-15 veio em linha com as expectativas, mas com uma composição menos favorável, principalmente pela alta dos serviços subjacentes, enquanto itens mais voláteis, como passagens aéreas, surpreenderam para baixo - avalia Gustavo Okuyama, gestor da Porto Asset.

Mesmo com a pressão inicial nos juros, o mercado manteve otimismo em relação ao início do ciclo de cortes pelo

Banco Central a partir de março de 2026, o que sustentou o desempenho positivo da Bolsa, puxado por empresas ligadas à economia doméstica, como bancos e varejistas.

O alívio nos ativos se intensificou após o ex-presidente Jair Bolsonaro, preso e condenado por tentativa de golpe de Estado, cancelar uma entrevista que concederia, alegando "questões de saúde". Para analistas, a ausência de declarações públicas reduziu incertezas políticas, sobretudo diante das preocupações do mercado com a possível candidatura de Flávio Bolsonaro, vista como menos competitiva contra o presidente Lula.

- O mercado estava apreensivo em relação ao que

Bolsonaro poderia dizer. Era uma fonte de ruído e incerteza, e o cancelamento acabou trazendo alívio - diz Davi Khattar, gestor da Atlas One.

Para Fernando Siqueira, chefe de pesquisa da Eleven Financial, a decisão também reduz riscos no curto prazo:

-O cancelamento ajuda os ativos porque evita falas que poderiam comprometer as chances eleitorais de Flávio ou de qualquer outro candidato que ele venha a apoiar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tesouro Direto atrai 240 mil investidores

SÃO PAULO Agência Estado

O Tesouro Direto é uma das raras unanimidades no mercado financeiro.

A plataforma vende títulos do Tesouro Nacional e funciona como uma ponte entre o governo e as pessoas físicas. Quando um investidor compra um título, ele está, na prática, ajudando a financiar a dívida pública. Em troca disso, esse investidor ganha rendimentos que, nos patamares atuais, estão competitivos mesmo quando comparados à renda variável.

O Tesouro Selic, por exemplo, é o mais conservador entre os títulos públicos disponíveis para investimento.

Nesta modalidade, não há chance de perdas e o dinheiro pode ser resgatado a qualquer momento. Ainda assim, está pagando mais de 15% ao ano, uma vez que possui a rentabilidade atrelada à variação da taxa básica de juros do País, a Selic, que está no maior nível em duas décadas.

O título atrelado à **inflação** Tesouro IPCA+ 2029 oferece rendimentos de IPCA + 7,81%, enquanto os Prefixados pagam pelo menos 13% ao ano.

Prêmios historicamente altos, que podem dobrar o patrimônio investido em cerca de seis anos.

Para vendas antes do vencimento, o cenário ainda está positivo. Investidores estão tendo ganhos de até 22% ao ano no mercado secundário, onde investidores negociam títulos IPCA+ e prefixados entre si. Esses ganhos vêm da "marcação a mercado" positiva desses papéis no período.

Marcação a mercado é a oscilação diária dos preços dos títulos IPCA+ e Prefixados a depender das expectativas econômicas. Em termos gerais, quando as perspectivas são de que a economia fique pior no futuro, com juros mais altos, Prefixados e IPCA+ se desvalorizam para vendas antes do vencimento. Quando ocorre o contrário e as projeções são de uma economia com juros mais controlados, como agora, os papéis se valorizam para vendas antes do vencimento.

Esse momento de alta rentabilidade em títulos de renda fixa explica o magnetismo do Tesouro Direto nos últimos meses.

Somente entre janeiro e outubro deste ano, o Tesouro

atraiu 240 mil investidores, que agora somam 3,2 milhões. O saldo investido atingiu R\$ 200 bilhões, alta de 36% em 12 meses. Apesar do domínio das pessoas físicas, os investidores institucionais também estão aproveitando os juros históricos dos títulos públicos.

"Tesouro aproveitou a forte demanda existente, inclusive com diversos fundos realizando alocações em Tesouro IPCA+, reforçando o colchão de liquidez e alongando o perfil da dívida", afirma Maria Luisa Paolantoni, analista da Nord Investimentos.

A desconfiança com o crédito privado após eventos negativos também explica parte do apelo do tradicional Tesouro Direto. "Ruídos como a liquidação do Banco Master, bem como casos de recuperação judicial em emissores corporativos, reforçam que a liquidez e a segurança trazidos pelo Tesouro Direto são fundamentais na composição de um portfólio robusto", diz Bruno Perri, economista-chefe, estrategista de investimentos e sócio-fundador da Forum Investimentos.

Para o ano que vem, a perspectiva é de que a taxa Selic seja cortada e, conseqüentemente, que os títulos públicos passem a render menos.

Ainda assim, o Tesouro Direto deve continuar atrativo em 2026, com rentabilidades acima de dois dígitos.

Sítio: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>